

Fernando Molica

Raio é da ignorância, não de Deus

Deus é inocente: a ignorância, o fanatismo, o desprezo pela ciência e a indecente mistura de fé e política são os grandes culpados pelas consequências do raio que atingiu a manifestação de domingo em Brasília e fez com que 89 pessoas fossem atendidas pelos Bombeiros (47 tiveram que ser levadas a hospitais, oito ainda estavam internadas ontem).

Os ingredientes são os mesmos utilizados pelos que pregavam contra a vacina, que atrasaram a compra de imunizantes e colaboraram para a morte de cidadãos.

No domingo, o Instituto Nacional de Meteorologia divulgou boletim que incluía Brasília em área laranja, sujeita a “chuvas intensas”, com risco de corte de energia elétrica “queda de galhos de árvores, alagamentos e de descargas elétricas”. O Inmet usou a palavra “perigo”.

Qualquer um sabe que é preciso evitar lugares desampados em caso de tempestades, o próprio corpo humano pode servir para atrair raios. Objetos metálicos, como o guindaste utilizado no ato de Brasília, atraem descargas, fazem, na prática, o papel de para-raios (estes, porém, são construídos para dissiparem a eletricidade). As cercas metálicas lá utilizadas também são ótimas transmissoras de eletricidade.

As condições adversas para a realização do ato eram, porém, propícias para reforçar o caráter religioso do evento, ressaltavam a ideia de luta, de resistência, de sacrifício, um roteiro cultivado por várias manifestações de fé, inclusive por diversas denominações evangélicas.

Quanto maior o inimigo, maior será a vitória, proclamam tantos e tantos pastores. Não é à toa que falam tanto no demônio, enfatizam sua onipresença e seu poder: é pre-

ciso ter um antagonista forte para que a glória seja maior, incontestável, absoluta.

Por se julgarem protegidas por Deus, aquelas milhares de pessoas presentes ao ato se lixaram para o óbvio, para o que aprenderam quando eram crianças: afinal, todo e qualquer sacrifício é justificável quando se busca algo maior.

Em vídeos que registram a queda do raio é possível ouvir que, naquele momento, o sistema de som transmitia uma canção que se assemelha a um louvor evangélico, havia o claro objetivo de criar um ambiente de comoção típico de cultos neopentecostais.

As condições climáticas eram também perfeitas para que o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), filho de um pastor, ressaltasse sua jornada, sua imolação. Tanto que ele tratou de não cancelar o ato. Ao deixar de cuidar de seu rebanho, foi cúmplice do que ainda pode vir a ser uma tragédia.

Aliados de Jair Bolsonaro têm o óbvio direito de protestarem contra sua condenação e prisão, o problema é dar conotação religiosa a atos de características políticas. Desde seus primeiros passos, a caminhada fez questão de agregar o viés religioso. Um recurso irresponsável que desestimula a razão e ressalta a fragilidade de argumentos políticos.

É preciso apurar as responsabilidades dos que não tomaram providências para evitar que tanta gente ficasse em risco, que dezenas sofressem consequências mais graves. Tomara que o caso sirva também de lição para os que, movidos por um messianismo temperado por arrogância e oportunismo, jogam nas costas de Deus um peso que não Lhe pertence. Nenhum deus é contra o conhecimento.

Tales Faria

Lula foi salvo por Gabriel Galípolo

Ser governo é conviver com o perigo. Que o diga o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele recebeu empresários, lobistas, banqueiros, santos e golpistas de todas as matizes nos seus dois primeiros governos.

Não foi somente o presidente Lula quem teve que lidar com ligações perigosas no exercício do cargo. José Sarney (MDB), Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Itamar Franco (Cidadania) e todos os outros presidentes da República não governariam sem ter que enfiar a mão na lama em algum momento.

Não dá para dizer que Lula se saiu mal. Deixou o Palácio do Planalto com mais de 80% de aprovação da população, inflação e juros sob controle e elegeu sua sucessora, Dilma Rousseff.

Mas, de uma forma ou de outra, as ligações perigosas de muitos desses encontros valeram aos governos Lula escândalos como o do Mensalão e da Lava Jato. Embora nada tenha sido provado contra o presidente.

Agora foi revelado mais um desses encontros perigosos: Lula recebeu, em seu gabinete no Palácio do Planalto, o dono do Banco Master envolvido em diversas irregularidades no mercado financeiro, Daniel Vorcaro.

O Palácio do Planalto confirmou à imprensa uma hora e meia de conversa testemunhada por Gabriel Galípolo, então já indicado para presidir o Banco Central.

Na versão oficial, Lula disse a Vorcaro que os problemas do banco eram assuntos técnicos que ele deveria resolver (ou não) com o Banco Central.

Para sorte de Lula, tudo indica que Galípolo resolveu da melhor forma possível para o governo: liquidou o banco. Se não tivesse liquidado, a versão que poderia ficar é de que, nesse encontro, Vorcaro se acertou com o presidente da República.

O reconhecimento do Planalto de que houve o encontro é mais uma informação a reforçar as suspeitas de que

Daniel Vorcaro está acertando um acordo de delação premiada. O governo pode estar sabendo disso e se adiantando ao confirmar o encontro para não deixar a versão ao léu.

Galípolo resolveu esse problema para o Planalto. Mas ainda fica no ar uma ponta do “novelo Master” que talvez só seja revelada pela delação premiada: como Daniel Vorcaro foi parar no gabinete presidencial para um bate-papo de uma hora e meia?

A principal suspeita é sobre o PT da Bahia. Também participou do encontro com Lula o empresário baiano Augusto Ferreira Lima, ex-CEO do Master que havia deixado a sociedade em 2024, mas continuou tendo ligações com Vorcaro. Ele chegou a ter prisão preventiva decretada pela Polícia Federal em 18 de novembro de 2025, mesmo dia em que o banco foi liquidado.

Augusto Lima foi responsável pelo cartão de crédito consignado Credcesta, que se tornou um dos pilares da estratégia de negócios de Vorcaro.

Sua ascensão no setor financeiro começou com a aquisição, em 2018, da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), estatal responsável pela rede de supermercados Cesta do Povo, em um processo de privatização promovido pelo então governador Rui Costa (PT), hoje ministro-chefe da Casa Civil.

Foi o PT da Bahia que indicou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para dar consultoria a Vorcaro no banco Master. Mantega era outro que estava no tal encontro de Vorcaro com Lula. Havia sido contratado como consultor, inicialmente, para ajudar no avanço da negociação de venda do Master ao BRB, o banco público de Brasília.

Gabriel Galípolo, mais uma vez, salvou o governo: o BC barrou a negociação do Master com o BRB. A princípio, não se poderá dizer que Lula ajudou Vorcaro, nem na negociação com o BRB, nem evitando a liquidação.

Márcio Coimbra*

Rota da Seda Tropical

O terceiro Policy Paper da China para a América Latina e o Caribe transcende o roteiro diplomático convencional: é um manifesto de poder suave que visa integrar a região a uma órbita econômica e política centrada em Pequim. Sob a retórica de uma “comunidade de destino compartilhado”, apresenta-se uma alternativa pragmática às ingerências ocidentais. Contudo, sob a superfície de uma cooperação técnica aparentemente neutra, desenha-se uma estratégia para expandir a hegemonia chinesa, tornando os países latino-americanos dependentes de sua economia e, por extensão, subalternos politicamente.

A arquitetura dessa dependência revela-se na discrepância entre o discurso e a prática. Embora a Nova Rota da Seda prometa industrialização, os dados de investimento entre 2024 e 2026 demonstram uma concentração maciça em setores extrativos e infraestruturas críticas. O foco no controle da cadeia de suprimentos de minerais estratégicos — como o lítio no Cone Sul — e na consolidação de redes elétricas no Brasil e Peru indica que Pequim busca, primordialmente, sua própria segurança energética, mantendo a América Latina como fornecedora de insumos primários sob uma nova roupagem tecnológica.

O risco à soberania nacional é nítido no “aprisiamento tecnológico”. Ao exportar ecossistemas de governança digital através de padrões chineses de 5G, inteligência artificial e o sistema de satélites BeiDou, Pequim cria uma dependência estrutural de longo prazo. Politicamente, o apoio econômico atua como um freio à autonomia diplomática, condicionando investimentos ao rigoroso cumprimento do “Princípio de Uma Só China” (ferindo a autonomia de Taiwan) e ao alinhamento com as Iniciativas de Segurança Global. Paralelamente, a dependência financeira é reforçada por acordos de swap cambial e liquidação em Renminbi, que ancoram as reservas locais às políticas monetárias chinesas, configurando uma nova forma de vassalagem econômica.

Para evitar a passividade, os governos latino-americanos devem adotar diretrizes de negociação soberanas. É imperativo exigir transferência efetiva de tecnologia e transparência radical nos contratos, evitando o uso de recursos naturais como garantia de dívida. Além disso, a negociação deve ser coletiva, pois o fortalecimento de blocos regionais e frentes temáticas permitiria que a região negociasse a partir de uma posição de força, mantendo a diversidade de parceiros globais e utilizando a competição geopolítica em seu favor. Por fim, a aprovação de projetos que instituem autoridades de avaliação de investimento estrangeiro (já em tramitação no parlamento brasileiro) seria uma ação estratégica essencial neste cenário.

Em última análise, o documento chinês é a certidão de nascimento de uma nova ordem hegemônica nos trópicos. A América Latina não pode se dar ao luxo de trocar antigas tutelas por uma dependência tecnológica e financeira irreversível. O “destino compartilhado” só deixará de ser um eufemismo para a subalternidade se a região despertar para a necessidade de uma soberania ativa e coordenada. A escolha é inadiável: ou a América Latina se posiciona como um bloco estratégico e autônomo, ou será reduzida a um mero insumo nas ambições imperiais da China para o século XXI.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**